

Boletim informativo

Do Delegado e dos núcleos da
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Boletim nº 00

Abril 98

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Da experiência de quase 9 anos de actividade resalta que um dos aspectos vitais, da vida associativa, é a ligação aos sócios através dos delegados nos núcleos. Para que essa ligação tenha êxito e frutifique é por demais importante manter os delegados e os núcleos informados da actividade da Direcção, dos restantes núcleos, dos problemas em debate no seio dos Sargentos e da perspectiva que se afigura justa e correcta.

Esta ligação e difusão da informação tem sido assegurada com deslocações de membros da Direcção aos núcleos e através do nosso jornal "O Sargento". É nosso entendimento que estes dois meios devem continuar a ser utilizados e serem aprofundados. Porém têm limites físicos e humanos, pois os membros dos órgãos sociais são militares no activo com todas as limitações inerentes ao facto.

Surge então um espaço de diálogo, de informação e difusão, rápido e operacional, que, sem limitar nem substituir os anteriores, ser preenchido pelo Boletim informativo dos delegados e dos núcleos da ANS.

Este boletim apresenta-se como mais um meio de contacto destinado prioritariamente a informar os delegados e os núcleos, a difundir a actividade dos vários ramos e CPR's, a contribuir para a consciencialização dos problemas dos problemas e para a conjugação de esforços tendentes à sua irradicação.








Pelo seu carácter noticiará de forma breve, abordará as questões sucintamente, terá a frequência requerida pelas iniciativas, divulgará, sempre que possível, as perspectivas em jogo para a resolução de cada problema. Contará, inevitavelmente, com o contributo e o enriquecimento dos delegados e dos sócios.

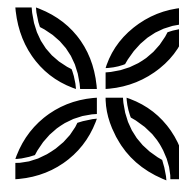
O Boletim surge para servir os delegados e os núcleos a ultrapassar dificuldades. Ajuda-o a cumprir bem a sua missão.

Apresentou-se!

A Direcção

Neste número

-  Redução de pessoal versus Incentivos
-  Retroactivos
-  Ainda o Sistema Retributivo
-  Breves
-  Actividades
-  E porque não?
-  Homenagem aos Marinheiros
Tarrafalistas



REDUÇÃO *versus* INCENTIVOS

Neste último ano tem-se falado muito acerca da redução de pessoal nas FFAA e da atribuição de incentivos aos militares para se atingir tal desiderato. Como é humano e compreensível muitos dos nossos camaradas se têm dirigido à ANS a fim de se informarem sobre o que há de concreto e da posição da associação sobre o assunto.

Nesta, como em qualquer outra questão, não há nada melhor do que ir a factos. E neste caso os factos são:

- A redução de pessoal nas FFAA está inserida num projecto mais vasto que tem a ver com a extinção do SMO e a profissionalização das FFAA;
- O limite temporal, anunciado pelo governo, para atingir este objectivo é o ano 2010;
- Já começaram a ser reduzidos os contingentes nos ingressos às várias categorias militares de modo a não compensarem as saídas dos quadros por passagem à reserva;
- Esta medida, como tudo indica, é suficiente para no ano 2010 os quadros se encontrarem nos quantitativos desejados;
- Os incentivos que se conhecem, por proposta governamental no seu livro branco, destinam-se aos quadros RC e RV, com o intuito de aumentarem os níveis de aderência dos jovens a esses quadros e viabilizarem o projecto de profissionalização das FFAA;
- Segundo a resposta do MDN, em visita à BNL, a uma pergunta de jornalista sobre o que fazer aos remanescentes "...há uns **nichos** para onde orientar esse pessoal."
- Sabe-se que existem propostas dos EM dos Ramos no sentido de serem criados incentivos para acelerar o ritmo da redução e para libertar verbas a aplicar noutras áreas e, segundo alguns, para aliviar os quadros e dar-lhes alguma fluidez;

Quanto a factos estamos conversados. Porém é importante levantar algumas questões relacionadas com estes factos:

- Será justo que nós, militares profissionais, tenhamos de esperar pelos incentivos destinados aos quadros RV e RC para, então, e para não ficarmos muito afastados desse quadro de regalias, podermos ser contemplados com a reposição do poder de compra perdido?
- Será que a redução pela redução vem resolver alguma coisa, dado que a saída de militares se prevê vir a ser preenchida por quadros médios e superiores civis e por pessoal com contratos a termo certo, ficando nós, militares profissionais, confinados às áreas operacionais, de maior desgaste físico e psicológico?
- Será que - mesmo admitindo a hipótese de esta medida, a redução, venha a ser acelerada - virá resolver o problema da progressão nas carreiras? Ou será que este problema existe porque o actual modelo de gestão de pessoal está esgotado e a medida só produz efeitos sustentados se for acompanhada pela implementação de um novo modelo de gestão de pessoal?
- Não será que estas propostas dos ramos se destinam unicamente a renovar a imagem dos chefes militares em questões que anteriormente se tinham declarado incompetentes para as resolver? Ou será, ainda para criar um clima de expectativa e de alheamento dos problemas reais, tantos e tão variados (como: carreiras; quadros; funções; avaliação de mérito; sistema retributivo; suplemento de residência, etc.), sem solução à vista?

Não se vê grande vontade de encarar estes problemas de frente, de forma aberta e dialogante, por forma a resolvê-los. Cabe-nos pensar neles, encontrar consensos entre nós e encarar as melhores formas de os resolver.

Mãos à obra!

E PORQUE NÃO?

- Outros núcleos seguirem o exemplo do de Viseu e promoverem colóquios e outras iniciativas que motivem os nossos camaradas e criem um novo espaço de contacto e de diálogo entre nós?
- (S.ta Margarida tem nas suas guarnições muitas mulheres sargentos.) O núcleo promover um debate sobre a integração destas nas FFAA?
- E porque não melhorar a tua ligação à ANS? Diz-nos como é possível atingir este objectivo?
- (O 25 de ABRIL faz 25 anos em 1999.) Os núcleos realizarem iniciativas para tornar esta comemoração um grande acontecimento?
- Realizar um encontro de SSAR dos três ramos para discutirem as distorções provocadas pelo Sistema Retributivo?
- Uma cimeira Ibérica das associações militares

Retroactivos do DL 299/97

Após os 60 dias legais do despacho dos CEM's, um grupo de PSAR interposeram recurso para os tribunais. Informam-se mais uma vez os camaradas que neste processo deve-se ter em consideração o seguinte:

- O pessoal tem razão em pedir a retroactividade e, por isso, deve recorrer para que a sua razão passe a direito legal;
- Por outro lado não há garantia de o processo ser ganho em tribunal: o Juiz é soberano;
- Há uma vantagem em relação aos processos da Marinha, que é o facto do DL 299/97 já prever a retroactividade a 1 de Julho, enquanto o DL 80/95 era de aplicação a partir da entrada em vigor do diploma;
- Da Marinha há cerca de 180 processos em tribunal a pedir a retroactividade a contar de 1989. Alguns dos quais começaram agora a ser despachados pelo Tribunal Administrativo negativamente e com custos entre os 40 a 50 contos;
- Pelo exemplo da Marinha verifica-se que os primeiros casos começarão a ser resolvidos dentro de 2 a 3 anos;
- Desta instância cabe recurso para o Pleno do Tribunal Administrativo e deste para o Tribunal Constitucional;

Por tudo isto verifica-se que este é um processo judicial e, por isso, moroso. Porém esta é a via legal disponível para encaminhar este caso. É um processo para o qual é necessário **persistência, vontade de vencer e determinação**.

BREVES

- Os SSAR da Marinha formaram uma comissão coordenadora para conduzir o processo de combate à discriminação que estão a ser alvo e pela obtenção de um estatuto igual ao dos PSAR. Pretendem que esta comissão seja alargada aos SSAR dos restantes ramos.

- Os Sar's da Marinha criaram uma comissão para coordenar o processo jurídico de contestação dos despachos do ALM CEMA que praticamente anularam o direito ao suplemento de residência. Pretendem encetar outras formas de protesto como dirigirem-se a outros órgãos de soberania.

- Cerca de vinte exposições foram dirigidas ao ALM CEMA de contestação à transferência de 16 oficiais RC para um quadro de oficiais tradicionalmente alimentado por sargentos.

- Os sargentos da FA dirigiram ao CEMFA e, posteriormente, ao CEMGFA a reclamarem percentagens nos postos cimeiros desta categoria militar iguais às existentes no Exército.

- Às 15 horas do DIA NACIONAL DO SARGENTO foi inaugurada a nova sede do Clube de Sargentos do Exército, sita na rua Marquês de Sá da Bandeira, 323 em Vila Nova de Gaia.

PARABÉNS PORTO!!!

ACTIVIDADES

- A ANS foi recebida em audiências, durante o mês de Março, pelas entidades seguintes:

Sua Ex. Pr. da Assembleia da República o Dr Almeida Santos;

Chefe da Casa Militar da Presidência da República Gen. Faria Leal;

Comissão Parlamentar de Defesa Nacional;

Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do PCP.

As audiências decorreram em ambiente de cordialidade tendo a ANS tido a possibilidade de expôr as suas preocupações pelo atraso na revisão do Art. 31º da LDNFA.

- O Núcleo de Viseu promoveu um Colóquio subordinado ao tema "art. 31º da LDNFA - RESTRIÇÃO OU PROIBIÇÃO". Contou com a participação do Pr. da Direcção da ANS e de outros membros da deste órgão, dos coroneis Tasso de Figueiredo e Moura Calheiros, em representação das AOFA e ASMIRR, respectivamente. Contou, ainda, com trabalhos sobre o tema, elaborados pelos Ex.mo Sr. Provedor de Justiça Dr Meneres Pimentel e do Procurador Geral Adjunto Dr. Bernardo Colaço. O Sr Pr. da CM de Viseu fez-se representar. Participaram alguns militares das guarnições desta cidade.

- O Departamento de Informação e Relações Públicas actualizou a nossa página na internet dando-lhe maior funcionalidade e um aspecto gráfico mais atraente. Representou a ANS na AG de uma das associações congéneres espanholas em Sevilha e representar-nos-á no PRESIDUM da EUROMIL em Bruxelas no início de Maio.

- O Departamento de Organização tem estado a preparar os cartões de delegado e a afinar os contactos com os núcleos. Vai ter uma primeira reunião com o núcleo de S.ta Margarida.

- O Departamento dos Estudos Sociais e Legislativos produziu um opusculo com os trabalhos apresentados no Colóquio de Viseu, para apoio a esta iniciativa.

- Está em preparação o número 33 do nosso jornal "O Sargento".

AINDA O SISTEMA RETRIBUTIVO

A publicação do DL 299/97, tal como a ANS já havia dito, não veio resolver as distorções provocadas pelo, já velho, Sistema Retributivo. Foi mais uma medida intercalar importante, que veio pôr termo à desigualdade de tratamento entre os PSAR dos três ramos, mas insuficiente para resolver todas as injustiças e distorções provocadas pela aplicação da lei.

A prová-lo relatamos os seguintes casos tipo:

- Um SSAR da Marinha, que terminou o CFS - L (área da logística), em 1996, está a auferir: menos 5400\$00 do que auferiria se não tivesse concluído o curso com aproveitament; menos 4600\$00 do que alguns homens do mesmo curso e que obtiveram menor classificação; Como ficou a dar aulas na escola que o formou, foi docente do CFS - L de 97, com alguns dos seus alunos a auferirem mais vencimento do que ele e, agora já sargentos, com uma diferença de 10800\$00.

Este caso coloca na mesma situação de desfavorecimento todos os SSAR dos três ramos, dos cursos CFS de 95 e 96.

- De acordo com o artigo 133º do EMFAR todos os SSAR que se formam num dado ano, nos três ramos, são considerados do mesmo CFS, e ordenados em função da sua nota absoluta. Tal preceito é válido para cursos de formação de uma mesma escola. Ora os ramos formam os seus Sargentos em escolas diferentes e com currículas diferentes. Não existe qualquer coordenação dos ramos, anterior à aplicação do DL, no sentido da criação de um modelo de avaliação coeerente e adaptável de modo a criar justiça e rigor no ordenamento função da classificação. Acresce que **a Marinha não dispõe de uma Escola de Formação de Sargentos**, sendo os seus cursos ministrados em escolas de especialização diferentes, com rempos de duração diferentes (que vão dos 9 meses aos 3 anos), com métodos de avaliação diferentes, etc, etc.

A conjugação de tais factos originou que PSAR do mesmo curso tenham sido posicionados em escalões diferentes. Ambém não existe qualquer comissão inter-ramos que acompanhe e trate a questão do posicionamento nos escalões, uma vez que , agora, é dinâmica.

- Mas no posto de PSAR também os problemas não ficaram resolvidos: Um jovem sargento posicionado nos últimos escalões, não tem promoções nos próximos 15 a 20anos; Um PSAR com 15 anos de permanência no posto aufere o mesmo vencimento que um PSAR acabado de promover. Estes factores aliados ao distanciamento indiciário dos seus camaradas da GNR e da PSP, constituem forte desmotivação no seio da categoria militar de sargento, que se traduz numa prestação de menor valia e acarreta avultados prejuízos de ordem moral e material, eventualmente mais onerosos do que a resolução definitiva do problema.

- Os SAJU têm a sua situação distorcida devido a terem sido reposicionados no 1º escalão independentemente do tempo de posto que já tinham. Isto provocou que num caso extremo, um SAJU com 11 anos de posto tivesse passado à reserva no 3º escalão, alcançado 2 meses antes da passagem.

- Se ainda restassem dúvidas a alguém, fica aqui provado que:

- **Ainda há um longo caminho a percorrer pelos ramos ma procura da uniformização de tratamento das questões de pessoal: sociais, de formação, regulamentares, etc, etc.;**

- **Os problemas provocados pelo Sistema Retributivo estão longe de estarem resolvidos;**

- **Urge encontrar uma solução integral e definitiva, que resolva os problemas apontados e restabeleça a igualdade destes quadros especiais com outros da Função Pública que partiram do mesmo ponto em 89 e, agora, estão bastante distanciados.**

HOMENAGEM AOS MARINHEIROS TARRAFALISTAS

No próximo dia 30 d Abril realiza-se no FORUM de Almada um colóquio, inserido na homenagem a estes SAJU, subordinado ao tema “A Revolta dos Marinheiros de 6 de Set. de 1936”